

EDITORIAL DO 4º CICLO DO LIDER-MS

Realizado na Sede da Famasul, em Campo Grande, em 31/março e 1º de abril, o 4º Ciclo do LIDERMS contou com a presença de três palestrantes que nos mostraram suas visões e realizações importantes no e do sistema educacional brasileiro. Jorge Almeida Guimarães, Márcio Adriano de Azevedo e Pedro Augusto nos trouxeram algumas perspectivas científicas, profissionais e institucionais e legais que enriqueceram nossas percepções sobre este importante sistema de nossa sociedade. Além dos mencionados palestrantes, alguns participantes tiveram a oportunidade de convidar autoridades educacionais de seus municípios para assistir o ciclo de estudos e enriquecer os trabalhos com suas contribuições. A presença destes profissionais de educação básica do MS trouxe importantes dimensões de autenticidade e comprometimento às análises desenvolvidas durante o ciclo. Seus depoimentos e idealismo irradiante nos tocou a todos!

As apresentações do Dr. Jorge Guimarães marcaram pela espontaneidade de seus depoimentos e, acima de tudo, pela lição de vida mostrada por sua infância duríssima e por seus esforços para superar condições adversas de renda e dificuldades de acesso a escolas. Apesar das dificuldades, ele sensibilizou a todos com os relatos sobre seus esforços para propiciar oportunidades educacionais para a juventude brasileira em geral. Sem sequer mostrar suas convicções ideológicas, ele conseguiu realizar importantes programas educacionais ao ocupar, por seus méritos na área do conhecimento científico, cargos estratégicos em gestões de governos relativamente hostis aos valores liberais do Ocidente. Isto nos remete às recomendações do Sr. Presidente da FAMASUL quando sugeriu que deveríamos ter atitudes conciliatórias com outros representantes da necessária pluralidade de visões típicas dos ambientes democráticos sem, no entanto, deixar de sermos fiéis a nossos valores e princípios.

O Dr. Pedro Augusto mostrou, muito claramente, os objetivos perseguidos com a legislação que deveria estar sendo implantada nos currículos da educação básica brasileira, mas que, infelizmente, por razões do aparente desmanche que o atual governo federal está tentando realizar em todo arcabouço legal feito desde a queda do Lulopetismo em 2016, está

ameaçado em sua viabilização. Por outro lado, as orientações confessionais relatadas, tanto pelo Professor Márcio Azevedo quanto pelo Dr. Clovis Tolentino, mostraram as necessárias liberdades dos processos educacionais derivados das escolhas e visões indicadas por suas respectivas doutrinas cristãs.

Foi indicado, ainda durante o ciclo, um aspecto cultural profundamente arraigado nas descrições históricas da sociedade brasileira que surgiu como consequência de visões influenciadas pelo pensamento marxista, que ganhou força com a criação, na década dos anos vinte do século passado, do Partido Comunista Brasileiro. Segundo aquela visão, a exploração do trabalhador se dá, nas economias capitalistas, pelo mecanismo da mais valia. Para os marxistas, toda a renda nacional, que deveria ser apropriada pelos trabalhadores tem, nas economias de mercado, uma parte importante expropriada pelos capitalistas que recebem os lucros, aluguéis, arrendamentos e juros¹. Ora, como a principal atividade econômica naquelas épocas era a agricultura², os marxistas tinham que “explicar” ou descrever a exploração do trabalhador a partir da posse dos demais fatores de produção além da força de trabalho, especialmente pela posse da terra. Por isto, a importância dada ao conceito de latifúndio, de autores como o historiador Caio Prado Junior que marcou profundamente nossas descrições da formação da nação brasileira. É incrível que até autores liberais, como Roberto Campos, tenham patrocinado a aprovação do Estatuto da Terra, promulgada na década dos sessenta, instrumento legal que preferiu combater o sintoma da má alocação de recursos – usar a terra como reserva de valor – em vez de combater a causa do problema – a inflação causada por excesso de gastos governamentais. Era politicamente mais fácil combater o uso de aplicações de poupanças, pelos

¹ O PIB, que é igual a valores de mercado da soma das remunerações ao trabalho (salários e pro-labores), aos recursos naturais (arrendamentos e alugueis), aos capitais físicos e financeiros (juros) e aos recursos empresariais (lucros), deveria ser apropriado pelos trabalhadores na ausência da mais valia, o conceito marxista que serve para medir o valor da exploração dos trabalhadores pelos capitalistas.

² É por isso que atual Ministério da Economia foi criado como Ministério da Fazenda.

agricultores, no mercado imobiliário³, forçando-os a pagar, pelo imposto inflacionário, por políticas implementadas pelos diversos governos populistas que se seguiram.

As atividades de elaboração de projetos associativos pelos participantes prosseguiram durante o ciclo, com o relato de iniciativas de alguns voluntários e comentários dos colegas e professores. Os grupos base continuam estimulando e abrigando ambientes onde o suporte dos pares tem ajudado e estimulado os participantes no desenvolvimento efetivo de suas características de liderança, por meio dos desenvolvimentos de seus projetos individuais de atuação associativa. As atividades dos grupos base continuarão até, e durante, o próximo ciclo, com o avanço do exercício prático de especificar estratégias e metas que deverão ser alcançadas pelos respectivos projetos. Bons trabalhos a todos e até Ponta Porã, em 02 e 03 de junho próximo.

Fernando Curi Peres

Giselda M.F.N. Hironaka

Vania D'Addario Guimarães

José Roberto Canziani

Renato Roscoe

³ A alternativa que sobrou aos agricultores foi outras aplicações em bens reais, enquanto o Estatuto da terra era do período conhecido como de grande valorização de apartamentos em Copacabana e Ipanema no Rio de Janeiro e na Praia do Forte em Salvador, por exemplo.